

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula, aliados de Bolsonaro e possíveis candidatos de 2026 trocam acusações após os Estados Unidos confirmarem sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros

Taxação acirra disputa ao Planalto

» ALÍCIA BERNARDES
» LUIZA ALTOÉ

A decisão dos Estados Unidos de impor uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros provocou reação imediata entre os nomes cotados para disputar a Presidência da República em outubro. Enquanto aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro atribuíram a medida à condução da política externa do governo Lula, outros pré-candidatos criticaram tanto o Palácio do Planalto quanto a atuação da família Bolsonaro junto às autoridades americanas.

O governo federal divulgou nota na noite de quarta-feira classificando a tarifa como “injustificável” e afirmando que os Estados Unidos acumularam superavit comercial de US\$ 424,5 bilhões na relação com o Brasil nos últimos 15 anos. O comunicado também informou que houve negociações contínuas com o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) e acusou integrantes da família Bolsonaro de colaborarem com as investigações americanas por motivos eleitorais. **(leia mais sobre o impacto do tarifaço na página 7)**

Nas redes sociais, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) responsabilizou diretamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo agravamento da crise comercial. Em vídeo publicado ontem, ele citou declarações do secretário de Estado americano, Marco Rubio, para sustentar que o comportamento do governo brasileiro teria contribuído para a adoção da tarifa. Flávio também questionou a capacidade de Lula de conduzir o país e afirmou que o Brasil vive um cenário de incerteza econômica e política.

O ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), adotou tom semelhante. Em nota enviada à imprensa, o pré-candidato afirmou que “atritos desnecessários” e um “discurso eleitoral” prejudicaram a relação com os Estados Unidos. Segundo Zema, uma postura mais técnica poderia ter reduzido o risco de retaliações comerciais, embora tenha considerado a tarifa uma medida protecionista que afeta a competitividade da indústria brasileira e desrespeita a relação histórica entre os dois países.

Já o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), distribuiu críticas aos dois polos da disputa nacional. Em publicação, ele afirmou

Ricardo Stuckert / PR



Saulo Cruz/Agência Senado



Telmo Ximenes/CNC



Alexandre Guzanhe/EM/D.A. Press



Guilherme Damasceno/CB/D.A. Press



Presidenciáveis de oposição culparam governo pela medida, mas atuação dos Bolsonaro foi criticada

que o Brasil está sendo prejudicado por atitudes tomadas tanto pelo presidente Lula quanto por Flávio Bolsonaro. Caiado mencionou declarações recentes de Lula sobre o presidente Donald Trump e o pedido encaminhado pelo senador ao USTR para que a entrada em vigor da tarifa fosse adiada para depois das eleições brasileiras.

Para Caiado, os dois lados colocaram interesses eleitorais acima da defesa do país. O governador classificou a decisão americana como uma penalização a trabalhadores e produtores brasileiros e afirmou que o Brasil precisa de uma liderança com maior capacidade de negociação internacional.

O empresário Renan Santos, do Missão, ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL), também criticou simultaneamente o governo e a família Bolsonaro. Ele afirmou que Lula não buscou uma negociação efetiva com os Estados Unidos e acusou o presidente de tentar explorar

politicamente o conflito comercial. Ao mesmo tempo, disse que os Bolsonaro agiram de forma submissa em relação a Donald Trump e contribuíram para o agravamento da crise.

Renan defendeu que uma eventual negociação com Washington deveria incluir temas estratégicos, como a exploração de terras raras brasileiras, e classificou o episódio como uma disputa política em que os interesses econômicos do país teriam sido deixados em segundo plano.

Congresso reage

No Congresso, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado recebeu com preocupação o tarifaço e defendeu que “qualquer medida” seja adotada pelo governo brasileiro com “responsabilidade” e com base em “critérios técnicos, levando em consideração seus impactos sobre a economia nacional e sobre a possibilidade de novas rodadas

de negociação”. Para eles, o diálogo deve continuar sendo prioridade.

Nas redes sociais, parlamentares governistas responsabilizaram a família Bolsonaro pelas novas tarifas, chamando-os de “traidores da pátria” e lobistas dos interesses dos EUA. Eles mantêm a linha de que a soberania brasileira é inegociável e sugerem que a postura de Flávio em culpar o presidente Lula pelas tarifas é uma tentativa de desviar a atenção de escândalos envolvendo o Banco Master.

Da parte da oposição, parlamentares sustentaram que a “culpa” das tarifas é do presidente Lula, por transformar a política externa em um instrumento de militância ideológica e estratégia de campanha eleitoral. Citam, inclusive, que o próprio secretário Marco Rubio teria atribuído a responsabilidade ao governo brasileiro: “Lula colocou seu próprio ego à frente de fazer um acordo pelo bem-estar do povo brasileiro”.

EUA limitam estudantes

O governo dos Estados Unidos anunciou ontem uma mudança nas regras de permanência para estrangeiros com vistos de estudante, intercâmbio e imprensa. A proposta estabelece um período máximo de estadia para essas categorias, substituindo o modelo atual, no qual o tempo de permanência costuma acompanhar a duração do curso, programa de intercâmbio ou atividade profissional.

A alteração atinge os vistos F, destinados a estudantes internacionais; J, concedidos a participantes de programas de intercâmbio com autorização para atividades acadêmicas ou profissionais; e I, voltado a jornalistas e outros profissionais da mídia estrangeira.

Pela nova regulamentação, estudantes e intercambistas poderão permanecer no país apenas pelo período necessário para concluir seus programas, respeitando o limite máximo de quatro anos.

No caso dos jornalistas estrangeiros, a permanência será restrita a até 240 dias, com possibilidade de renovação. Para profissionais da imprensa portadores de passaporte da República Popular da China — exceto Hong Kong e Macau — o prazo será ainda menor, limitado a 90 dias por entrada no país.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Prazo será de quatro anos para estudantes e 240 dias para jornalistas

Com a mudança, os estrangeiros que desejarem permanecer além do período autorizado deverão solicitar uma prorrogação ao Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos (USCIS, na sigla em inglês) ou deixar o território norte-americano para obter uma nova autorização antes de retornar.

O Departamento de Segurança Interna (DHS) não esclareceu se o

pedido de renovação poderá ser feito obrigatoriamente dentro do país ou se, em alguns casos, será necessária a saída do território americano.

Controle

Segundo o governo norte-americano, a medida busca ampliar o controle sobre a permanência de não imigrantes diante do

crescimento no número de admissões. Dados do DHS apontam que mais de 1,8 milhão de estudantes estrangeiros ingressaram nos Estados Unidos em 2024, alta superior a 11% em relação ao ano anterior. No mesmo período, o país também recebeu mais de 500 mil participantes de programas de intercâmbio e cerca de 37,3 mil profissionais da mídia internacional.

De acordo com o DHS, o aumento na emissão de vistos “representa um desafio à capacidade do DHS de monitorar e supervisionar esses não imigrantes enquanto estão nos Estados Unidos”.

O órgão citou ainda que muitos estudantes em programas de intercâmbio acabam ficando por décadas no país, segundo a regra atual.

A nova regra ainda será analisada pelo Congresso dos Estados Unidos antes de entrar em vigor. Caso seja mantida, passará a valer 60 dias após sua publicação no *Diário Oficial Federal*. A iniciativa integra a política migratória adotada pelo presidente Donald Trump desde o início de seu mandato, marcada pelo endurecimento das regras de imigração, incluindo restrições à concessão e renovação de vistos e maior fiscalização sobre a permanência de estrangeiros no país. **(AB)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



À sombra de Monroe, tarifaço é declaração de guerra comercial ao Brasil

James Monroe nasceu no condado de Westmoreland, na Virgínia, então uma das 13 colônias da Inglaterra, no dia 28 de abril de 1758. Filho de um juiz, cresceu num clima de agitação por uma pátria livre. Com 16 anos, interrompeu os estudos para lutar pela independência do país. Recebeu de George Washington o posto de capitão.

Formado em direito e apadrinhado por Thomas Jefferson, em 1782, com 24 anos, foi eleito deputado na Virgínia. Fez parte do Congresso Continental, sendo um dos responsáveis pela aprovação da Constituição americana. Em 1790, elegeu-se senador. Em 1794, foi nomeado embaixador na França por George Washington.

De volta aos Estados Unidos, James Monroe foi eleito governador da Virgínia, em 1779, deixando o mandato em 1802. Nesse mesmo ano, designado pelo presidente Thomas Jefferson, negociou a compra dos territórios da foz do Rio Mississippi com a França e a Espanha. A seguir, foi eleito o quinto presidente dos Estados Unidos, o último da “Dinastia da Virgínia”. Seu mandato ficou conhecido como a “Era dos Bons Sentimentos”: o país prosperou, a Flórida foi adquirida da Espanha, e o Brasil teve sua independência reconhecida pelos EUA em 1824.

Declarada em 1823, a chamada Doutrina Monroe repudiava a intervenção ou a recolonização europeia no continente americano, expressa na máxima “A América para os americanos”. Originalmente, era um alerta às potências europeias para que não tentassem restaurar seus impérios coloniais no continente americano. Com o passar das décadas, a doutrina foi reinterpretada, ampliada e transformada em instrumento da hegemonia norte-americana.

Diferentes governos norte-americanos ampliaram seu alcance para justificar intervenções políticas, econômicas e militares. Dois séculos depois, agora rebatizada de “Doutrina Trump”, Monroe continua projetando sua sombra sobre as relações entre Washington e a América Latina.

No artigo *A Longa Sombra de Monroe: o Trumpismo e a Restauração da Primazia Hemisférica*, Flávio Contrera e Paulo Cesar Gregorio (Lua Nova, 126) sustentam que o movimento político liderado por Donald Trump resgatou essa tradição, adaptando-os à rivalidade contemporânea com a China e à disputa pelo controle da América Latina. O trumpismo seria uma tentativa de reafirmar sua primazia regional por meio de pressão econômica, alinhamentos políticos seletivos e contenção geopolítica e militar.

Autonomia relativa

A tensão com o governo Lula ocorre nessa perspectiva. A guerra comercial, as chantagens tarifárias e a politização da relação bilateral não são apenas ocasionais. Fazem parte de uma visão estratégica do movimento Maga e de lideranças republicanas como Marco Rubio, secretário de Estado, segundo a qual a América Latina deve ocupar posição subordinada à geopolítica de Washington.

A causa é a ascensão da China. Na América do Sul, Pequim tornou-se grande parceiro comercial, financiador de infraestrutura e investidor em setores estratégicos. Para os nacionalistas na Casa Branca, essa expansão representa uma ameaça direta aos Estados Unidos. Como maior economia da América Latina, integrante do Brics, o Brasil ocupa posição central nessa disputa ao manter relações simultâneas com Estados Unidos, China, União Europeia, Oriente Médio e África.

A autonomia relativa do Brasil incomoda àqueles que sonham com a volta ao século XIX. Não por acaso, ocorre a convergência entre pressões comerciais e disputas políticas domésticas. A relação entre o governo Lula e a Casa Branca foi subordinada à polarização ideológica que marca o cenário norte-americano. A derrota de Lula em 2026 passou a ser vista como parte de um reposicionamento geopolítico mais amplo da América do Sul.

Essa percepção ajuda a explicar a aproximação explícita de setores conservadores norte-americanos com o clã Bolsonaro e outras lideranças da direita brasileira. A intenção não é apenas influenciar o debate interno do país, mas fortalecer atores considerados mais alinhados à estratégia hemisférica do movimento Maga.

Entretanto, o Brasil não é mais o país vulnerável do passado. Possui uma economia diversificada, o setor agrícola mais competitivo do mundo, reservas internacionais robustas e uma ampla rede de parceiros comerciais. Evidentemente, pressões econômicas vindas dos Estados Unidos podem produzir custos relevantes. Mas a capacidade brasileira de resistir é muito maior do que em outros momentos históricos. Nosso comércio com os Estados Unidos representa apenas 2% do PIB.

Entretanto, isso não significa que uma guerra comercial prolongada seja desejável. Pelo contrário. A escalada das retaliações produziria perdas significativas, reduziria investimentos, aumentaria incertezas e comprometeria décadas de integração econômica. Nenhum dos dois países tem interesse objetivo em ruptura comercial. O desafio do governo brasileiro neste momento é equilibrar firmeza e pragmatismo na eventual adoção da Política de Reciprocidade.

A defesa da soberania nacional tende, sim, a ocupar lugar central na narrativa eleitoral de Lula. Diante das pressões externas e da associação de Flávio Bolsonaro ao campo político alinhado ao trumpismo, o Planalto vê na defesa da soberania nacional um eixo poderoso de mobilização política. Entretanto, o governo precisa evitar uma guerra comercial de desfecho imprevisível.